



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

**RELATÓRIO DA MISSÃO DO CNDH AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E
COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA REGIÃO DO RIO ABACAXIS E MARIMARI NO
ESTADO DO AMAZONAS EM ABRIL DE 2024**

Brasília, março de 2025
Conselho Nacional dos Direitos Humanos



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

Presidência

Marina Ramos Dermmam

Vice-Presidência

André Carneiro Leão

Mesa Diretora

Marina Ramos Dermmam

André Carneiro Leão

Edna Cristina Jatobá de Barros – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares

Virgínia Dirame Berriel – Central Única dos Trabalhadores

Bruno Renato Teixeira – Ministério de Direitos Humanos e Cidadania

Tamires Sampaio – Ministério da Justiça e Segurança Pública

Secretaria Executiva

Coordenadora-Geral

Arine Caçador Martins

Coordenador de Apoio

Francisco das Chagas S. do Nascimento

Assessoria Administrativa

Amanda Neves Viana

Claudia de Almeida Soares

Gabriela Gomes R. Borges de Freitas

Kátia Aparecida Lima de Oliveira

Nathielly Evelin Lourença Alves

Assessoria de Comunicação

Elizabeth Dias Pereira

Leonardo Henrique Caldeira da Silva

Assessoria Técnica

Danilo Vergani Machado

Luís Bernardo Delgado Bieber

Marcelo de Almeida Mayernyik

Marcos Gomes de Oliveira

Raiane Roberta de Macedo Brito

Verusk Cordeiro Grochevski Silveira



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaissbrasil/cndh>

Copyright © 2025 - Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH).

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da internet onde pode ser encontrado o original (<https://www.gov.br/participamaissbrasil/cndh>).

Elaboração, distribuição e informações:

Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)
SCS-B, Quadra 09, Lote C - Ed. Parque Cidade Corporate - Torre A, 9º Andar. CEP: 70.308-200
- Brasília/DF.

Site: <https://www.gov.br/participamaissbrasil/cndh>
E-mai: cndh@mdh.gov.br



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

SUMÁRIO

1. Introdução.....	Pág. 3
2. Missão in loco na região do Rio Abacaxis. Relatos à equipe de missão	
2.1. Território indígena Munduruku, Aldeia Laguinho.....	Pág. 7
2.2. Território indígena Maraguá, Aldeia Terra Preta.....	Pág. 10
2.3 Povos indígenas isolados ou em isolamento voluntário.....	Pág. 16
2.4. Saúde indígena.....	Pág. 17
2.5. Escuta realizada com a Rede de Mulheres Indígenas Maraguá, Munduruku e Sateré Mawê.....	Pág. 19
2.6. Comunidade ribeirinha Camarão.....	Pág. 21
2.7. Comunidade ribeirinha Nova União.....	Pág. 22
2.8. Comunidade ribeirinha Monte Horebe.....	Pág. 23
2.9. Comunidade ribeirinha Santo Antônio do Lira.....	Pág. 25
3. Reuniões institucionais em Manaus.....	Pág. 27
3.1. Reunião com o Ministério Público Federal do Amazonas.....	Pág. 27
3.2. Reunião com o Juiz criminal federal.....	Pág. 28
3.3. Reunião com o Vice-governador do estado do Amazonas e com a Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.....	Pág. 28
3.4. Reunião com o Arcebispo de Manaus, Dom Leonardo Steiner.....	Pág. 28
3.5. Coletiva de imprensa acerca dos trabalhos realizados pela Missão do CNDH.....	Pág. 28
3.6. Reunião com o Secretário Nacional de Saúde Indígena (SESAI).....	Pág. 29
4. Da substituição do delegado responsável pela investigação do Massacre do Abacaxis no Amazonas.....	Pág. 30
5. Considerações finais	Pág. 33
6. Recomendações.....	Pág. 34
7. Monitoramento.....	Pág. 43



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

1. Introdução

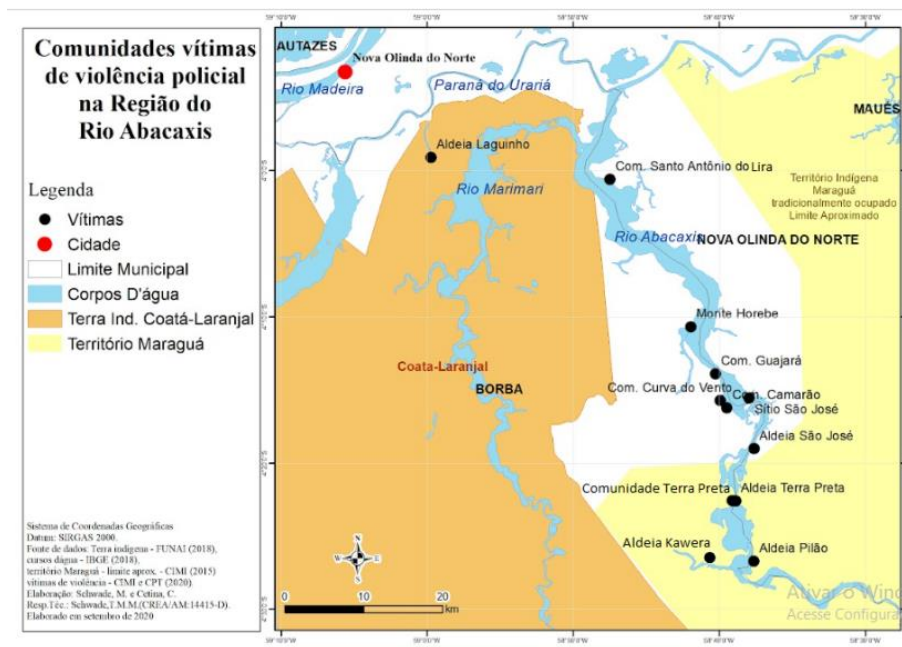
O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), instituição pública federal, de natureza colegiada, paritária e participativa, instituída pela Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos, e a proteção aos direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal, nos tratados e atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil.

Enquanto entidade nacional de atuação independente o CNDH realizou nova Missão “in loco” para averiguar as denúncias de violações de direitos humanos relacionadas ao episódio conhecido como o “Massacre do Rio Abacaxis”.

A Missão ocorreu entre os dias 14 e 22 de abril de 2024, no estado do Amazonas, tendo sido realizada nos municípios de Nova Olinda do Norte (NON), Borba e em Manaus. A Missão, coordenada pelo CNDH, contou com representantes do Coletivo pelos Povos do Rio Abacaxis e Mari Mari, de representantes da Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Federal (MPF) do Amazonas e agentes da Polícia Federal, com escolta e apoio logístico da Polícia Federal.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>



(Mapa elaborado pelo Coletivo dos Povos dos Rios Abacaxis e Mari Mari)

As visitas “in loco” ocorreram nos territórios indígenas dos povos Munduruku e Maraguá, bem como nas comunidades ribeirinhas de Camarão, Nova União, Monte Horebe e Santo Antônio do Lira. Na ocasião, foram ouvidas diversas lideranças indígenas e ribeirinhas, as quais relataram graves ameaças à vida de defensoras e defensores de direitos humanos, bem como compartilharam a dor e angústia predominante na região por falta de respostas e impunidade.

Apresentaram também uma série de reclamações que envolvem a falta de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, regularização territorial, segurança, trabalho e economias comunitárias, conforme a Nota Pública publicada pelo CNDH.¹

Aponte-se, ainda, de prosseguir, que se tratou da segunda Missão realizada pelo CNDH  região, com o intuito de apurar os fatos que ocorreram entre os dias 23 de julho de 2020 a 17 de agosto de 2020, que ficou conhecido como “Massacre do Rio Abacaxis” em razão da brutal atuação da Polícia Militar do estado do Amazonas com o pretenso objetivo de enfrentamento ao crime organizado nos municípios amazonenses de Nova Olinda do Norte e Borba. Os fatos relacionados ao Massacre do Rio Abacaxis ocorreram na extensão geográfica que engloba o Rio Abacaxis, o Rio Paraná do Urariá, a Lagoa do Laranjal e o Rio Mari Mari, bem como seus igarapés e lagos com impacto direto sobre os territórios indígenas e projetos de assentamentos agroextrativistas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

¹Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **NOTA PÚBLICA CNDH N 7/2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/nota-publica-cndh-n-7-2024>. Acesso em: 22/04/2024.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

Em 2024, cerca de 4 anos após o trágico episódio, ante a necessidade de dar seguimento às várias providências, encaminhamentos, estimular e otimizar a continuidade da apuração das ocorrências havidas, motivaram, assim, esta nova incursão do CNDH para a região, todavia, com outra metodologia e formas de incidência, já que, por razões de segurança, a primeira missão realizada pelo CNDH não conseguiu visitar “in loco” os territórios ficando adstrita apenas às sedes das cidades de Manaus e Nova Olinda do Norte.

O primeiro dia de missão na data de 14 de abril de 2024, domingo, contou com reunião na Arquidiocese de Manaus em que participaram representação do Coletivo pelos Povos do Rio Abacaxis e a equipe do CNDH, para últimos alinhamentos e esclarecimentos quanto à atividade de campo. Esta se iniciou no dia seguinte, 15 de abril, segunda-feira, com o deslocamento em duas lanchas da Polícia Federal para a cidade de NON, local de chegada da comitiva na parte da tarde desse mesmo dia.

Na manhã do dia 16 de abril, terça-feira, a comitiva se deslocou para a Aldeia Laguinho do povo Munduruku para ouvir sobre as violações de direitos humanos perpetradas contra essa comunidade. A equipe do CNDH e parceiros esteve por toda a manhã desse dia ouvindo lideranças da comunidades e outras pessoas que nela vivem, oportunidade na qual relataram inúmeros fatos como assassinato de indígenas, ocultação de cadáveres, torturas, ameaças, dentre outras questões, com retorno para NON à tarde desse dia 16.

No dia 17, segundo dia das atividades de campo, a delegação se deslocou para a Aldeia Terra Preta do povo indígena Maraguá, localizada no médio/alto Rio Abacaxis, com chegada no início da tarde e onde pernitoiu. Porém, ainda nesse mesmo dia, foi possível realizar a primeira das escutas desta comunidade, na qual presente também a liderança da Aldeia do Pilão que fica acima da Terra Preta. A conversa com o povo Maraguá se estendeu para a manhã do dia seguinte, 18, ocasião na qual participaram lideranças da Aldeia Terra Preta e de outras aldeias próximas, como Maruí e Santa Terezinha.

Encerrada essa etapa das oitivas, na parte da tarde desse mesmo dia, a comitiva do CNDH se dirigiu às duas comunidades ribeirinhas de Camarões e Curva do Vento - esta última, segundo suas lideranças, foi “rebatizada” como Nova União -, após esclarecimento inicial, foi ouvidas as pessoas a respeito do que lhes ocorreu durante o Massacre do Rio Abacaxis. Após esses encontros, a comitiva retornou para a Aldeia Terra Preta para pernoite.

No dia posterior, 19, sexta-feira, de manhã cedo a delegação se deslocou para a comunidade ribeirinha de Monte Horebe, onde, pela manhã, foi realizada escuta com as/os ribeirinhas/os. Finda a reunião, houve o deslocamento para a comunidade ribeirinha de Santo Antônio do Lira, após realizada a escuta, a comitiva foi para NON onde chegou quase ao início da noite para pernoite.

Ainda na noite do dia 19, após chegar em NON, foi realizada reunião com a Rede de Mulheres Indígenas Maraguá, Munduruku e Saterê Mawé acerca das decorrências dos atos de



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

assédio moral e sexual de ex–chefe da FUNAI local, fato de notório conhecimento público, cuja a notícia da soltura do mesmo², naquele dia, muito assustava as mulheres e suas famílias. Apurou-se posteriormente que o livramento do cidadão se deu ante o término do prazo da prisão preventiva.

No dia seguinte, 20, sábado, a delegação se deslocou de NON para Manaus, findando, assim, a parte de campo da Missão.

Em 21, domingo, realizou-se na parte da tarde na sede da Cúria Arquidiocesana de Manaus reunião entre a representação do CNDH e membras/os do Coletivo pelos Povos do Rio Abacaxis e Mari Mari para traçar as estratégias quanto às reuniões institucionais marcadas para o dia subsequente na capital do Amazonas.

No dia 22, segunda-feira, pela manhã, com a presença da Defensoria Pública do estado, representante da Defensoria Pública da União/Manaus designada para compor a Missão, a comitiva do CNDH, mais representantes do Coletivo, realizou-se extensa reunião com dois representantes do Ministério Público Federal do Amazonas, na qual foram repassados inúmeros aspectos criminais e cíveis do massacre havido, com indicações de providências, medidas de curto, médio e longo prazo, cujas competências se distribuíram e se distribuem entre todos os envolvidos na referida assentada.

Na parte da tarde, em razão de duas agendas praticamente simultâneas, a delegação precisou se dividir para acompanhar em um primeiro momento, por meio virtual, reunião com o juiz federal criminal da 2ª Vara Federal de Manaus sobre os inquéritos e processos relativos ao Massacre do Rio Abacaxis, da qual também participaram representantes do Coletivo. Nessa reunião, foram alinhadas algumas diretrizes e providências, dentre as quais algumas de pertinência do CNDH.

O restante da delegação do CNDH, mais o membro da DPU por esta destacado para a Missão, participaram de reunião com o vice-governador do estado do Amazonas, ocasião na qual puderam tratar da necessidade de efetivação de políticas públicas para a região do Rio Abacaxis e Mari – Mari, assim como quanto às providências levadas a cabo pelo estado do Amazonas quanto aos agentes de segurança envolvidos e responsáveis pelos trágicos acontecimentos do Massacre do Rio Abacaxis.

No final da tarde, a representação do CNDH e demais parceiros, foram recebidos em audiência por Dom Leonardo Steiner, Cardeal e atual presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), para tratar dos temas envolvidas na Missão, à vista igualmente do acompanhamento que faz do Massacre desde a ocorrência, buscando também junto à sua eminência a realização dos devidos encaminhamentos.

²Comunicação Social da Polícia Federal no Amazonas. **PF prende ex-servidor da Funai suspeito de abuso sexual de adolescentes e mulheres indígenas.** Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/03/pf-prende-ex-servidor-da-funai-suspeito-de-abuso-sexual-de-adolescentes-e-mulheres-indigenas>. Acesso em: 06/09/2024.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

Já próximo ao início da noite, ocorreu, por fim, coletiva de imprensa no mesmo espaço da Arquidiocese, à qual concorreram vários órgãos da imprensa escrita e falada de Manaus, oportunidade na qual a presidenta do CNDH, o conselheiro Adelmar Barbosa Jr. e o representante da DPU para a Missão, puderam dialogar amplamente com os repórteres e jornalistas sobre a Missão realizada pelo Conselho, sendo lida ao final a Nota Pública³ do CNDH sobre a atividade desenvolvida no Amazonas. Com isso, se encerrou o evento da Missão.

2. Missão *in loco* na região do Rio Abacaxis e Marimari. Relatos à equipe de missão.

2.1 Território Indígena Munduruku - Aldeia Laguinho

O primeiro dia de missão “*in loco*”, na data de 16 de abril de 2024, se deu na Aldeia Laguinho do povo indígena Munduruku, Terra Indígena Kwatá-Laranjal, onde a comitiva do CNDH se reuniu com as lideranças e a comunidade indígena.



(Fotos do posto de saúde da Aldeia Laguinho Munduruku)

³Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **NOTA PÚBLICA CNDH Nº 7/2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/nota-publica-cndh-n-7-2024>. Acesso em: 22/04/2024.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

Na oportunidade foi dialogado sobre o atendimento do DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena), que não visitava o território há 3 (três) meses, que na equipe multidisciplinar não tem profissional da odontologia e que nunca tiveram atendimento de profissional da psicologia, mesmo depois das mortes dos dois indígenas Munduruku durante o episódio denominado “Massacre do Rio Abacaxis”.

Relacionado à questão da educação escolar indígena a escola da comunidade, a Escola municipal Albino Nascimento apresenta problemas de estrutura, não recebe materiais escolares de forma constante e adequada, não recebem material do município de Borba, mesmo com solicitações, as quais não são atendidas.





CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>



(Fotos da escola Albino Nascimento, Aldeia Laguinho Munduruku)

O povo Munduruku possui ainda sua língua indígena com muitos falantes no estado do Pará, no estado do Amazonas teriam apenas o conhecimento de poucas palavras e enfrentam muita dificuldade de manter a língua viva no estado do Amazonas.

Os dois indígenas que foram assassinados foram alunos da escola, fizeram o ensino médio no município de Nova Olinda do Norte e tinham acabado de conseguir seu primeiro emprego. Trabalhavam para ajudar os pais e também, segundo a comunidade, não eram envolvidos com práticas ilícitas, mas eram trabalhadores e faziam o transporte da aldeia para os municípios vizinhos.

A maioria da população da aldeia não sabe ler nem escrever, ainda será iniciado o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) na escola, havia a informação da contratação de um professor com contrato assinado e iniciaria os trabalhos no mês de abril. O EJA contemplaria 20 (vinte) alunos da Aldeia. Já tiveram o EJA, mas apenas nos anos de 2017 e 2018.

Durante a visita do CNDH à comunidade, a comitiva se encontrou com a equipe do DSEI que tinha ido ao território realizar acompanhamento periódico, e um representante da equipe se juntou à reunião do CNDH com a comunidade e trouxe algumas informações, como a que houve uma mudança no fluxo do atendimento para a atenção básica primária com priorização de ações de prevenção e viabilização de mais tempo para realização de palestras e capacitação dos Agente Indígena de Saúde - AIS e Agente Indígena de Saneamento - AISAN.

Que o atendimento é realizado pelo DSEI Manaus e pelo Polo Laranjal, que em todo o DSEI existem apenas 2 profissionais de psicologia que normalmente fazem o primeiro



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

atendimento e depois articulam para que a continuação seja feita pelos profissionais dos respectivos municípios. No caso do povo Munduruku da Aldeia Laguinho, o município mais próximo é o de Nova Olinda do Norte, mas o povo encontra-se vinculado ao município de Borba, o que se coloca como um obstáculo administrativo.

Dentre um dos assuntos abordados na escuta à comunidade, foi relatado que o ex-CTL (Coordenador Técnico local) da Funai não comunicou nada aos indígenas de que estava ocorrendo a operação, que havia sido cortado o sinal de telefone e internet em Nova Olinda por 3 dias desde o início da operação policial e a comunidade ficou isolada sem possibilidade de comunicação. Na época o CTL, era o Gilmar Assunção, que de acordo com a comunidade poderia ter avisado da operação e tomado providências, de forma que denunciaram que o mesmo também tem culpa no episódio do Massacre do Abacaxis.

Na ocasião dessa operação 2 jovens indígenas foram mortos e os relatos do povo são de que *“Depois que eles se foram a comunidade morreu”*.

O corpo do Josimar foi encontrado no dia 7. Do Josivan encontraram apenas o crânio, o qual foi identificado a partir do exame de DNA feito com amostra dos pais. Alegam que a prova da comunidade eram fotos da lancha de nome “Arafat” que havia sido tirada do celular de um comunitário, todavia a Polícia Federal levou esse celular e não devolveu, na ocasião ainda teriam informado que iam dar novo aparelho, mas isso não aconteceu.

Também denunciaram que é recorrente a invasão do território para retirada de produtos da floresta, como castanha, açaí e também a prática da pesca ilegal, todos esses fatos que já foram denunciados ao CTL da Funai, mas sem mudanças na realidade ou providências efetivas tomadas. Vivem um contexto de insegurança, pois 9 (nove) alunos da comunidade estudam na sede do município e é inseguro o trajeto, 5 (cinco) estudam a tarde e 4 (quatro) a noite. As mortes no episódio do Massacre é no caminho de saída da comunidade para o município.

A comunidade conta com 25 (vinte e cinco) famílias, cerca de 80 (oitenta) pessoas, com 24 (vinte e quatro) adultos, 25 (vinte e cinco) crianças e jovens. Sobrevivem de aposentadoria, da coleta de produtos da floresta, da pesca, dos auxílios sociais como Bolsa Família e da agricultura.

A Terra indígena Coatá-Laranjal - Kwatá é demarcada desde 1998. O CTL da Funai atende dois polos, que o problema da pesca e caça ilegal e do extrativismo não melhorou em nada desde o Massacre, alegam que nunca viram o IBAMA na região e que nos tempos de seca ficam isolados. Que o coordenador da CR Funai nunca esteve na Aldeia, que a pesca ilegal é mais realizada por ribeirinhos da região, fato que já denunciaram ao CTL, mas nunca avançou.

O Ministério Público Federal (MPF) presente na escuta por meio da representante da 6ª Câmara no estado do Amazonas informou que ainda no 1º semestre de 2024 iriam dar entrada na justiça na ação de reparação coletiva pelos danos do Massacre, para que a reparação coletiva possa ser um reconhecimento formal do Estado das violações e um retorno em políticas públicas para a



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

coletividade. Bem como que existem tratativas junto à Procuradoria criminal para o oferecimento de denúncia do caso. O MPF então se comprometeu a ingressar em ação para reparação coletiva e junto com a Defensoria Pública da União (DPU) dar entrada em ação para reparações individuais.

Enquanto demandas da comunidade podem ser citadas uma escola com uma estrutura adequada e espaço, um barco com motor 40 e coberto para atendimento de saúde. Um posto de saúde com estrutura adequada e atendimento de psicólogo e médico feitos de forma periódica de 15 em 15 dias, visto que atualmente os atendimentos são muito espaçados e faltam remédios, estrutura deficiente e sem equipamentos. Também solicitam um base para segurança da comunidade com rádios, câmeras de segurança para monitoramento pela comunidade e prevenção de conflitos e violências, bem como provas para denúncia às autoridades competentes.

Algumas lideranças da comunidade estão inseridas no PEPDDH.

Por fim, reclamam que foi realizada reunião no INCRA em Manaus entre órgãos e comunidades com participação da Associação Nova Esperança do Rio Abacaxis - ANERA, Monte Horebe, Maraguá, (ata em anexo) mas não houve a participação dos Munduruku e tal acordo os afeta.

2.2 Território indígena Maraguá - Aldeia Terra Preta

No 2º dia de Missão “in loco”, na data de 17 de abril de 2024, a delegação chegou à Aldeia Terra Preta, do povo indígena Maraguá, de acordo com os relatos, há 40 anos atrás, na década de 80, a área foi objeto de ação da Petrobrás para averiguar a presença de petróleo com construções realizadas e pista de pouso, referente ao Bloco 52. Até hoje existem instalações da Petrobrás na região.

Os Maraguá relatam que é o momento que estão mais precisando, que são proibidos de pescar, que estão proibidos de pescar dentro de seu próprio território tradicional em razão das ameaças e presença do crime organizado instalado nas imediações.

Relatam que o povo Maraguá habita a região há milhares de anos, que se trata de uma ocupação tradicional, que já passaram por muitas coisas, como a Guerra da Cabanagem, que precisaram fugir e que viveram recentemente o mesmo drama histórico com o caso do Massacre do Rio Abacaxis.

Reforçam que por ocasião do Massacre os foi prometido que haveria o monitoramento da região de 2 em 2 meses pela Polícia Federal e pela Força Nacional, mas isso não aconteceu.

Em 2023, foram transportadas mais de 40 (quarenta) toneladas de peixe como tucunaré, pirarara e filhote para serem vendidos nos frigoríficos de Taguatinga.

Denunciaram que a Força Nacional passou 90 (noventa) dias em Nova Olinda do Norte e não foram ao Rio Abacaxis, ficaram apenas no município.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

Que 3 (três) indígenas Maraguá já morreram em razão das ações do crime organizado e várias famílias indígenas já deixaram o território por conta da violência, ameaças e falta de segurança. Quem permanece nas aldeias está definitivamente arriscando suas vidas, e muitas acabam por abandonar as aldeias por medo e pelo risco de sobrevivência.

Alegam que muitas denúncias dos Maraguá já foram feitas junto à Funai: “Queremos tirar essas pessoas do nosso rio para voltarmos a viver em paz como vivíamos antes”. Relataram o caso de uma mulher grávida que foi morta e esquartejada em 2007, em uma das várias mortes violentas na região.

Um idoso indígena diz que nos 4 meses anteriores à Missão, houve a morte de 4 indígenas de sua família, sendo dois filhos e dois sobrinhos.

Alegam que “o celeiro do tráfico e da produção de maconha de Manaus é no Rio Abacaxis e em Nova Olinda do Norte” e tais fatos são de notório saber público: “Somos reféns em nossa própria casa”. Visto que os traficantes podem chegar a qualquer momento na aldeia em barco de motor de rabeta armados com revólver, espingarda e frequentam a aldeia para jogar futebol e uso de drogas.

Destacam que aviões sempre estão passando na região.

Os mesmos que mataram os policiais são os que não permitem a pesca pelo povo Maraguá, “estamos presos em nossas aldeias” - foi colocado uma corda com uma figura de uma arma e uma cruz no Igarapé Surubim. Que traficantes fugidos de outra facção se esconderam entre a Aldeia Terra Preta e a Aldeia Pilão. São cerca de 10 (dez) pessoas com armamento, plantação de maconha, os quais ameaçam e intimidam o povo Maraguá frequentemente. Vão na aldeia constantemente e “pedem” mantimentos corriqueiramente para a comunidade.

Relatam que há um garimpo de clareia entre a terra indígena Kwatá-Laranjal e a terra dos Maraguá e um garimpo mais recente que fica a 4 (quatro) km do lago grande, o qual é abastecido pelo município de Nova Olinda do Norte e existe desde o ano de 2021. Relatam que o coordenador da Funai em Manaus ficou de sobrevoar a região para averiguar os garimpos, porém até então não tinham mais notícia dessa iniciativa.

Destacam a importância da base-móvel da Polícia Federal para fiscalização da região e que já fazem 4 (quatro) anos dos fatos e sem nenhum tipo de mudança de forma que vivem, inseguros e com medo. Nesse âmbito, é oportuno destacar o programa do governo federal para a instalação de 34 bases fluviais de proteção, com 1 prevista para o Rio Abacaxis.⁴

A demarcação da T.I. Maraguá estava prevista para iniciar o Grupo de Trabalho (GT) em 2025 com previsão do início das tratativas no 2º semestre de 2024. Sobre a demarcação, o Cimi

⁴**Plano de Segurança na Amazônia prevê 34 bases fluviais e terrestres.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/plano-de-seguranca-na-amazonia-preve-34-bases-fluviais-e-terrestres>.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

fez relatório antropológico sobre o povo, mas ainda não havia sido apreciado pela Funai para contribuição no processo administrativo de demarcação.

O mapa da reivindicação territorial Maraguá conta com 989.779 ha com perímetro de 538,3 km em região que também possui os mencionados projetos extrativistas e comunidades ribeirinhas, a Flona de Pau Rosa, a Floresta estadual de Maués e a Estação ecológica Alto Maués.

Sobre as reivindicações territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais, é importante destacar o novo enunciado da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF):

“ENUNCIADO 6CCR nº 47: A autodeclaração dos territórios tradicionais por povos e comunidades tradicionais é legítima e gera repercussões jurídicas, independentes e incidentais aos procedimentos de reconhecimento e titulação estatal, e deve influenciar e induzir políticas públicas diversas, tais como as relacionadas às questões fundiárias e ambientais. Nesse sentido, é dever do Ministério Público Federal defender tais iniciativas extrajudicialmente e judicialmente.”⁵

No dia seguinte, 18/04/2024, em razão das chuvas pesadas na região, foi dificultado o deslocamento da Aldeia Terra Preta no período da manhã para outros territórios e também pela necessidade de continuar os diálogos com a comunidade e tratar de alguns pontos com mais detalhes e outros que não haviam sido abordados no dia anterior, como a questão dos povos indígenas isolados e poder ouvir lideranças de outras aldeias Maraguá para além da Terra Preta, na ocasião foram ouvidas representantes da Aldeia Pilão, Aldeia Kawera e Aldeia Kawerazinho.

Em depoimento de liderança da Aldeia Pilão: “Não podemos sair da aldeia e deixar as coisas, porque se não os traficantes levam, antes do conflito do Abacaxis era uma paz”. Relata várias mortes de indígenas, que mataram seu filho, irmã e sobrinho, relata a ocorrência de mortes violentas, uma delas com o deferimento de 16 golpes de faca. A Aldeia Pilão não tem poço artesiano, usam a água do rio e agora com a exploração de seixo e garimpo provavelmente a água está contaminada. Tinham uma igreja centenária na Aldeia feita pelo “profeta” indígena que era curandeiro e foi pego pela polícia, apedrejado e torturado pela polícia em NON, da 2ª vez que o prenderam e torturado ele não resistiu e morreu, era chamado de o “Rei da Paz” o último messiânico do Amazônia, Vila da Paz.⁶

Importa destacar em relação à denúncia de extração de seixo e areia, após a Missão, foi protocolada junto ao Ministério Público Federal tal denúncia, ato contínuo, o MPF instaurou o procedimento preparatório de nº PP1.13.000.001231/2024-11, que tem por objeto apurar supostas

⁵Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/copy_of_enunciados.

⁶Cintrão, Nubia Lira. **A singularidade da farinha em território indígena: Um estudo na sociedade Maraguá em Nova Olinda do Norte-Am, no período da seca e cheia dos rios** / Nubia Lira Cintrão. - Manaus: UFAM, 2012. Pág. 38.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

pressões sofridas pelos indígenas das aldeias Terra Preta, Kaweha, Santa Tereza e Pilão, do Rio Abacaxis, localizada entre os Municípios de Nova Olinda do Norte/AM e Borba/AM. O Parquet realizou em 10 de outubro de 2024 reunião com a empresa Coopiasa, na ocasião, a mesma informou que chegou a tentar um acordo com as lideranças, mas diante da recusa e dos obstáculos à passagem pelo território, não têm mais interesse em realizar atividades no local.

Outra liderança da Aldeia Pilão relatou que durante o Massacre, policiais chegaram a passar 2h30min em sua residência com metralhadoras e fazendo ameaças e tortura contra si e sua família, “faltaram apenas puxar o gatilho” relata. Hoje em dia apenas 7 (sete) pessoas moram na Aldeia Pilão divididas em 4 famílias, muitas famílias moravam lá e após o conflito saíram e não voltaram mais. Chegaram a ter 80 famílias na Aldeia Pilão ou Aldeia Tupanaua na década de 1980 e na época saíam para ir para escola, mas foi inaugurada em 1985.

Relataram que sofrem ameaças do crime organizado na região que atua com o tráfico de drogas. Do ponto de vista histórico, seria um verdadeiro “genocídio” do povo Maraguá que ocorre desde os tempos antigos, pois são perseguidos pela Polícia - perseguiram o único pajé que tiveram até então, o profeta na década de 1980, e agora com as mortes e violências sofridas a partir do crime organizado.

Relacionada a questão da educação, tem-se que educação em maioria no Amazonas é municipalizada, e a única escola indígena dos Maraguá começou sendo bilíngue apenas no ano de 2024, durante o dia faz um calor muito intenso e a escola não dispõe de energia, de forma que as crianças sofrem com o calor, sem ventiladores, ar condicionado e a escola conta apenas com o ensino primário.

Há 2 anos atrás lutaram muito com a prefeitura de NON para a escola ser feita na aldeia Kayawé(zinho) que possui 80 crianças, 80 estudantes, mas o pedido não foi atendido. Reforçam que reside a insegurança na região.

A licenciatura indígena da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) está parada sem recursos do governo federal, a qual era oportunidade para os indígenas das aldeias se formarem e especializarem-se.

Enquanto demandas da educação, referente à Aldeia Kayawé(zinho) tem-se a necessidade de construção de escola com capacidade para 80 (oitenta) indígenas estudantes com a devida estrutura, energia, internet e oferta de material escolar. Ainda, fator importante relaciona-se com a merenda escolar, a qual poderia ser articulada também a partir da produção das próprias comunidades, com a possibilidade de incidência do programa CatraPovos do MPF⁷ para compra dos alimentos junto às comunidades, as quais acabam por ficar refém de comidas em conserva e

⁷A Mesa Permanente de Diálogo Catrapovos Brasil foi instituída pela Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF (6CCR) em 2021, para fomentar a adoção da alimentação tradicional em escolas indígenas, quilombolas e de comunidades ribeirinhas, extrativistas, caiçaras, entre outras, em todo o país. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil>.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

industrializadas. Outra possibilidade seria a da instituição junto às escolas indígenas Maraguá do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).⁸

Há ainda a necessidade de reconhecimento das escolas como indígenas para o devido ensino da língua e cultura indígena, a partir do enfoque intercultural e bilíngue resguardado no art. 210, §2º, da Constituição de 1988. São 3 (três) escolas no Rio Curupira para a demanda de 11 (onze) aldeias indígenas.

Relataram a existência de um projeto de Faculdade Indígena, por parte do prefeito de NON, onde o município iria fornecer alimentação para as 2 etapas e o estado do Amazonas iria fornecer os professores para o referido projeto chamado “Piraiuará”. Um curso de capacitação para professores indígenas que está parado há 6 (seis) anos, e a ideia é o projeto continuar para em seguida os professores indígenas cursarem a licenciatura na UFAM.

De forma que resta importante o acionamento da gerência escolar indígena na SEDUC do governo do Amazonas, que possui uma representante indígena no cargo.

Ainda, relataram que existe uma associação dos Maraguá e das mulheres indígenas, mas não foi regularizada por falta de recursos, de modo que perdem muitos projetos, o Cimi está acompanhando e buscando a respectiva regularização, faltando apenas o reconhecimento em cartório.

Relacionado à Aldeia Kawera, relatam que sofrem muitas ameaças, em relação à localização é a última aldeia dos Maraguá, onde existe a presença do garimpo, relatam que os traficantes invadiram as casas no ano de 2023 e queimaram as casas, os quais queriam levar as meninas de 12 e 15 anos para o tráfico, assim elas precisaram fugir da aldeia, para não serem levadas e aliciadas para o tráfico. Também denunciam a ocorrência de estupro de vulnerável, de menores de idade pelos traficantes do grupo do Bacurau.

Sobre a questão do garimpo, informam que o garimpo do Filão é um garimpo antigo e o garimpo mais recente é próximo à Aldeia Kawera, que a comunidade descobriu há pouco tempo, mas seria desde 2021 e fica a 6km do Igarapé. São garimpos de ouro e a região apresenta minério e areia, que também são recursos explorados de forma predatória, os garimpos contam com pista de pouso na região e chegam em tamanhos de 6 m² de área de garimpo.

As lideranças da aldeia Kawera já receberam várias ameaças de morte, além da presença do grupo de traficantes composto por cerca de 10 pessoas que ficam fixos na região e se articulando com as organizações criminosas de outras localidades, como Manaus.

Enquanto aspecto sobre o tema do garimpo, o Ministério Público Federal instaurou Procedimento Administrativo nº 1.13.000.002747/2024-74, por meio da Portaria nº 87/2024, de

⁸Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos tem duas finalidades centrais: promover o acesso das pessoas à alimentação, sobretudo as mais vulneráveis, e incentivar a produção da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos>.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

competência do 19º Ofício da Procuradoria da República no Amazonas, com o objetivo de acompanhar as ações interinstitucionais de prevenção e repressão ao garimpo ilegal na Região do Rio Abacaxis ao longo do ano de 2025.

Diantes dos fatos narrados que perduram há anos, o povo indígena Maraguá reclama fiscalização dos órgãos públicos, praticamente ausente na região, bem como as condições de atenção à saúde também são precárias e não se dão do modo necessário, especialmente nas áreas da medicina e psicologia. Reclamam da demora da FUNAI em demarcar o seu território, processo que já se arrasta a anos, embora houve a informação de que a FUNAI estará instituindo um grupo de trabalho no final de 2024, para dar conta do processo de demarcação da TI Maraguá.

A aldeia não tem qualquer saneamento básico, servem-se da água do rio, que temem paulatinamente poluída pelo uso do mercúrio nos garimpos em áreas à montante, assim, foram unânimes em defender meios e instrumentos públicos de proteção do rio, como, por exemplo, uma base móvel da PF e outros órgãos.

2.3. Povos indígenas em isolamento voluntário

Durante a escuta junto ao povo Maraguá, um dos tópicos trazidos pela comunidade e que foi inclusive um dos objetivos da Missão, se tratou dos povos indígenas isolados ou em isolamento voluntário.

Em 2023, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) publicou seu relatório de violência contra os povos indígenas com base nos dados obtidos e relativos ao ano de 2022 e sobre os isolados do Rio Abacaxis destacou o que segue:

“Isolados do rio Abacaxis. Os isolados do rio Abacaxis, no estado do Amazonas, são desconhecidos da Funai, invisíveis para o Estado e, por isso, sem nenhuma medida de proteção de seu território. Uma das grandes ameaças vem de um garimpo ilegal na região não muito distante de onde foram encontrados vestígios de sua presença. O baixo rio Abacaxis, onde se localizam as aldeias do povo Maraguá, é uma região bastante conflitiva, com presença do narcotráfico. Em 2020, o então secretário do Fundo de Promoção Social do Amazonas Saulo Moysés Rezende Costa foi expulso da região quando praticava pesca ilegal. Em retaliação, uma milícia formada por policiais sem farda se dirigiu à região e, em confronto com moradores, dois foram mortos e outros dois feridos. Foram então mobilizadas todas as forças de segurança disponíveis do governo do estado e uma força de mais de cem policiais militares, em agosto de 2020, promoveu toda sorte de atrocidades contra as comunidades indígenas e ribeirinhas na região. Mais de



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

seis pessoas, entre os quais dois jovens Munduruku, foram mortas, duas estão desaparecidas e dezenas foram torturadas. Após o massacre, a Polícia Federal instaurou um inquérito para investigar estas violações, que resultou no indiciamento, como supostos mandantes, de dois ex-integrantes da alta cúpula de segurança do estado do Amazonas: o ex-secretário de segurança pública do estado, Coronel Louismar Bonates, e o ex-comandante da Polícia Militar, Coronel Ayrton Norte.”⁹

Já houve visita do coordenador dos isolados da Funai de Brasília.

Isolados do povo Sateré-Mawé teriam sido oriundos da fuga em 1860 durante a Guerra da Cabanagem, visto que durante tal evento um grupo fugiu, habitam a região entre o Rio Abacaxis e o Rio Parauarí.

Acerca dos isolados do Igarapé Rio Branco, a comunidade relatou que durante uma expedição biológica ouviram um barulho estranho, viram pegadas de crianças, os integrantes da expedição começaram a seguir os rastros e começaram a ouvir sons de bichos, viram vultos e então se assustaram e saíram correndo, deixando alguns objetos no caminho para trás. Ao retornar posteriormente para buscar os objetos deixados, não tinha mais nada.

Relato do Tuxaua Geral que estava acompanhado a expedição de que tem certeza de que se tratava de indígenas isolados, porque os ribeirinhos não andam descalços e nem com crianças, diz que já fez tais relatos à equipe do Cimi, diz que não foi possível retornar para a região.

Em 2006 foi encontrada uma indígena doente que falava a língua Sateré-Mawé antiga. Outro fato histórico que provocou a fuga de indígenas na região foi a Guerra dos cortadores de orelhas, o que provocou a fuga de muitos indígenas para dentro do rio.

Destacam a história de uma anciã que faleceu no mês de março de 2024 a qual afirmava a existência de indígenas isolados presentes próximos à Aldeia Maruim, destacaram que existe registro da conversa.

2.4. Saúde indígena

O primeiro dia de visita da missão foi junto ao povo indígena Munduruku da Aldeia Laguiño, na data de 16/04/2024, na oportunidade, as lideranças relataram que havia 3 (três) meses que não tinham atendimento de um profissional da medicina na aldeia, que não tem dentista para lhes atender e que nunca tiveram o atendimento de um/a psicólogo, mesmo com todo o cenário de violência e trauma que passaram quando do episódio do “Massacre do Rio Abacaxis”.

Na ocasião, a equipe do CNDH encontrou a equipe do DSEI-Manaus que estava no território realizando atendimento, e naquele momento, representando a equipe do DSEI, o médico

⁹Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

e representante do CONDISI, Otávio Augusto Braga, relatou que faz parte do DSEI-Manaus, do Polo Laranjal e que em todo DSEI tem apenas 2 psicólogos.

A Aldeia Laguinho possui um posto de saúde, conforme fotos anexas, porém o mesmo não possui energia elétrica, sem equipamentos de saúde, sem estrutura adequada para acondicionamento dos medicamentos e remédios e nem atendimento de saúde multidisciplinar adequado.

Ainda relacionado ao povo Munduruku, a equipe do CNDH recebeu informações também do povo Munduruku da TI Paracuní, a qual encontra-se em processo de demarcação, que possui reivindicações antigas para seu devido atendimento de saúde conforme documentos anexos. Os indígenas da TI Paracuní reivindicam a criação e implantação de um Polo Base na Aldeia Vila São do Rio Curupira, município de Nova Olinda do Norte, e também um Polo Base na Aldeia Guajara do Rio Urariá, município de Nova Olinda do Norte, assim como a inclusão de Conselheiro(a) Distrital que os representem e todos os equipamentos necessários e infraestrutura adequada e equipe multidisciplinar para o devido funcionamento dos polos base.

Na data de 17 de abril de 2024, foi a vez da equipe de Missão do CNDH visitar a Aldeia Terra Preta do povo indígena Maraguá, onde foi possível colher os relatos de que não possuem Polo Base específico para o povo Maraguá, não tem qualquer estrutura física para atendimento de saúde, não tem transporte ou ambulância, não tem lancha para emergências, a equipe do DSEI realiza atendimento de apenas meio período por mês na Aldeia com apenas 1 (um) técnico de enfermagem e 1 (uma) enfermeira, que ficaram 8 (oito) meses sem dentista, nunca tiveram atendimento psicológico, não possuem poço artesiano para beber água de forma que precisam beber a água do rio em região com presença de garimpo, não possuem rede de energia elétrica, gastam 100 (cem) litros de gasolina para poder extrair 1 (um) dente no município de Nova Olinda do Norte. Denunciam que no momento possuem apenas um barco com motor 40 que gasta cerca de 2h30min para chegar na cidade. Antes tinham um barco com motor 150 que há 3 (três) anos estava em conserto no pátio do DSEI, o qual levava 1h30min para deslocamento até a cidade.

Também denunciaram que o presidente do CONDISI ofereceu ao povo indígena que se eles permitissem que uma cooperativa entrasse no rio para realizar extração de areia e seixo, eles poderiam receber em troca uma ambulância, porque o DSEI não iria comprar uma nova, denunciam que haveria um polo base fantasma em Nova Olinda do Norte para atendimento dos Maraguá, porém o custo e distância são outros obstáculos para tal atendimento.

Nesse sentido, o povo Maraguá solicita a construção e implementação de um Polo Base na Aldeia Terra Preta do Rio Abacaxis e construção e implementação de postos de saúde tipo 2 na Aldeia Kawehazinho (Rio Urariá), na Aldeia Mossoroca (Rio Curupira), na Aldeia Canaã (Rio Curupira), e na Aldeia Flamenguinho ou Senhor da Paz (Rio Curupira) e todas essas aldeias com equipamentos de embarcação com motores potentes para deslocamento para o Polo Base na Aldeia



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

Terra Preta do Rio Abacaxis.

Ainda, solicitam barcos adequadamente equipados para todas as Aldeias Kaweha, Tupanaua ou Pião, São José, Santa Tereza e Maruim que ficam no Rio Abacaxis perto da Aldeia Terra Preta, cada aldeia teria sua embarcação para deslocamento para o Polo Base na Aldeia Terra Preta do Rio Abacaxis, não sendo necessário a criação de postos de saúde nestas.

Assim, relacionado ao tema da saúde dos povos indígenas da região foi possível constatar uma grave dificuldade de acesso dos povos indígenas a um atendimento de saúde adequado com a devida periodicidade, com equipe multidisciplinares completas, isto é, com profissionais de diversas áreas da saúde, como psicologia, odontologia, medicina, além da falta de Pólos Base, falta de postos de saúde, falta de transporte (ambulância), falta de energia elétrica para as estruturas de saúde, falta de medicamentos, falta de equipe e recursos do DSEI-Manaus para dar conta da demanda do Rio Abacaxis.

O Rio Abacaxis nas aldeias mais distantes das cidades é um rio onde é preciso de um longo tempo de deslocamento, o que dificulta tanto a saída dos indígenas para um atendimento nas cidades, quanto da chegadas das equipes de saúde, como por exemplo a Aldeia Terra Preta dos Maraguá, o que poderia ser resolvido com transporte adequado e mais recursos empenhados na melhoria das estruturas de saúde nas aldeias.

2.5. Escuta realizada com a Rede de Mulheres Indígenas Maraguá, Munduruku e Saterê Mawé sobre casos de assédio sexual contra indígenas praticados pelo ex-coordenador técnico local (CTL) da FUNAI

No dia 20, no turno da noite em NON, foi realizada escuta específica para com as mulheres indígenas. Essa reunião foi uma das pendências que ficaram da primeira missão realizada pelo CNDH. Tal escuta foi realizada em mais de um momento e a partir do relatado se chegou à consolidação dos fatos que seguem.

A comunidade relata que o ex-Coordenador Técnico Local (CTL) da Funai, sr. Gilmar Palheta Assunção, tem responsabilidade no massacre e na morte dos 2 indígenas Munduruku, pois deixou de cumprir seu dever institucional e deixou a comunidade desamparada, isolada de informações e comunicações. O sinal de internet e telefone foi cortado no município de Nova Olinda do Norte por 3 (três) dias quando do início da operação policial e o povo indígena permaneceu sem sinal e sem informações. Durante a operação policial, o ex-CTL não comunicou nada para os indígenas do povo Munduruku da Aldeia Laguiño. Por não saber dos fatos, os indígenas mantiveram normalmente sua rotina e, desse modo, quando 2 (dois) jovens indígenas estavam se deslocando de barco no caminho da comunidade, acabaram abordados e mortos na operação policial.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

Além de o ex-CTL não ter informado a comunidade indígena sobre a operação policial, a comitiva do CNDH ouviu também a notícia de fato de que outras demandas e denúncias foram feitas pelos indígenas para ele, sem que nenhuma providência tenha sido adotada. Houve, outrossim, relatos de que o mesmo ex-CTL intimidava e acusava as lideranças.

Chamou a atenção da Comitiva do CNDH, as denúncias de que o ex-Coordenador Técnico Local (CTL) da Funai, sr. Gilmar Palheta Assunção, também violou sexualmente diversas mulheres indígenas. Diante de tais relatos, alguns documentos que elucidam os fatos foram colhidos e seguem anexados a este presente expediente.

No último dia de missão, após o fim das atividades de campo, fomos informados que o sr. Gilmar Palheta de Assunção havia sido solto. Logo após tal notícia, um grupo de mulheres indígenas entrou em contato com a equipe do CNDH e então foi realizada reunião em Nova Olinda do Norte, onde foram narrados fatos sobre o caso, que também foi amplamente noticiado¹⁰¹¹¹².

Posteriormente, foi realizada escuta com a Rede de Mulheres Indígenas Munduruku, Maraguá e Saterê-Mawé durante o Acampamento Terra Livre (ATL) e, na data de 30/04/2024, uma escuta virtual da Mesa Diretora do CNDH com esse coletivo.

A partir das escutas realizadas tem-se que o acusado praticava uma série de crimes em troca de favores. Como exemplo, uma indígena relatou que precisaria de uma certidão específica, responsabilidade e atribuição do cargo de coordenador técnico local (CTL), mas o acusado fazia apenas em troca de favores sexuais ou aproveitava a oportunidade e abusava as mulheres, tendo os relatos dado conta de que a maioria dos crimes foram cometidos dentro da própria sala da Funai.

Embora já tenham sido denunciados 26 casos, os quais envolvem mulheres indígenas de 4 (quatro) povos indígenas diferentes da região, povos Munduruku, Maraguá, Saterê-Mawé e Mura, foi relatado que existiram outras mulheres que foram vítimas, mas que ainda não tiveram segurança para denunciar, devido à situação de pressão, violência e ameaça. Importa destacar que algumas das vítimas quando sofreram tais crimes de estupro (Art. 213, CP), importunação (Art.215) e assédio sexual (Art. 216-A) eram menores de idade, isto é, circunstância agravante dos referidos crimes.

¹⁰Jornal Nacional. **Ex-servidor da Funai é preso suspeito de abusos sexuais contra pelo menos 20 adolescentes e mulheres no AM.** Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12453454/>. Acesso em: 25/04/2024.

¹¹G1 AM. **Ex-servidor da Funai é preso suspeito de abusos sexuais contra pelo menos 20 adolescentes e mulheres no AM.** Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/03/20/ex-servidor-da-funai-e-preso-suspeito-de-abusos-sexuais-contr-pelo-menos-20-adolescentes-e-mulheres-no-am.ghtml>. Acesso em: 25/04/2024.

¹²Comunicação Social da Polícia Federal no Amazonas. **PF prende ex-servidor da Funai suspeito de abuso sexual de adolescentes e mulheres indígenas.** Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/03/pf-prende-ex-servidor-da-funai-suspeito-de-abuso-sexual-de-adolescentes-e-mulheres-indigenas>. Acesso em: 25/04/2024.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

Os relatos dão conta de que não apenas o acusado pressiona as comunidades e vítimas. As vítimas indicam que familiares do ex-CTL, após a divulgação das acusações e de sua prisão, realizaram investidas contra as vítimas e os familiares das vítimas em diferentes locais.

Após a última missão “in loco” do CNDH, foi possível observar o isolamento da região e a ausência de políticas públicas como um todo, principalmente, políticas com recortes de gênero. Esse contexto da região foi objeto de recente relatório publicado que mostra que as mulheres da Amazônia Legal são mais vítimas de violência do que de outras regiões do país¹³. Tal relatório revela também que a dificuldade de acesso a políticas públicas nos territórios indígenas agrava ainda mais a condição da mulher indígena.

2.6 Comunidade ribeirinha Camarão

No 3º dia de Missão “in loco”, dia 18 de abril de 2024, foi a vez da visita à Comunidade ribeirinha Camarão, que conta com 13 famílias, cerca de 50 pessoas, entre 30 adultos e 20 crianças. A comunidade relatou que no dia dos fatos do Massacre tiveram suas casas invadidas e depredadas, casas com marcas de tiros de fuzil, que os policiais fizeram isso e acusavam os comunitários de serem do bando do traficante Bacurau, algumas casas não estavam ocupadas no momento e se tivessem as pessoas temem que poderiam ter sido agredidas e/ou assassinadas.

Que a comunidade ficou traumatizada, as crianças com medo e traumatizadas. O principal problema que enfrentam seria a falta de segurança. Devido aos traumas e insegurança, não foram registradas queixas, já que também os policiais de NON estariam envolvidos. Pescadores e caçadores passam menos, mas tem um furo perto no rio que a comunidade não consegue visualizar. Não tem impedimento de pescar em sua área, mas existem sempre boatos em NON de que os policiais voltariam e voltariam para matar.

Não voltaram a receber ameaças após os fatos. Alegam também a dificuldade no atendimento à saúde, que a equipe fluvial de saúde do município de Borba/AM frequenta muito pouco e não possuem remédios suficientes.

Relatam que o garimpo ilegal nas cabeceiras do Rio e que os garimpeiros são de fora e mantêm ameaças contra as pessoas. Alegam que sofrem de diarreia, dores de estômago, vômitos devido ao consumo da água do rio após a contaminação do rio, que tais problemas se intensificaram do ano passado para o ano atual.

O desmatamento tem como fluxo a venda da madeira para marcenarias de NON.

¹³CNN. **Mulheres da Amazônia Legal são mais vítimas de violência que em outras regiões, aponta estudo.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mulheres-da-amazonia-legal-sao-mais-vitimas-de-violencia-que-em-outras-regioes-aponta-estudo/>. Acesso em: 25/04/2024.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

A comunidade depende do rio para tudo, água, alimento e sustento e também dependem de benefícios sociais como o Bolsa Família, assim sobrevivem da pesca, do Bolsa Família e extrativismo na floresta, porém com insegurança, porque não tem licença, nem plano de manejo e o Bolsa Família não é suficiente.

Informam que são mais de 400 (quatrocentos) ribeirinhos que vivem em Borba/AM e a equipe de saúde não suporta a demanda.

Como fonte de renda, alguns comunitários sobem o rio para extrair óleo de copaíba e vendem em NON, mas não tem projeto para esse tipo de manejo, alguns possuem título provisório do CEUBI do INCRA, do assentamento, sendo PAE I em NON, PAE II em Borba.

O IDAM fez visita à comunidade em uma ocasião para cadastro de produtor rural.

São distribuídos em 60 ha em média por família, de 40 a 60, em NON, a área é maior de 100 ha o PAE II da comunidade São João na boca do Mari Mari até o Paciuba, possuem hoje em dia 1 casa de farinha que é particular, já tiveram coletiva.

Não tem associação, pois são representados pela ANERA - PAE I e PAE II e o objetivo da ANERA é fortalecer a agricultura familiar e a renda, sobre a questão trabalhista, ainda, existem suspeitas de trabalhos análogos à escravidão na extração do óleo de copaíba no Rio Abacaxis.

A maioria vive de roça, ficaram 2 (dois) anos sem poder fazer roças, as roças diminuíram de tamanho. A comunidade deve fazer assembleia para avaliar e levantar os danos sofridos quando do massacre e informar ao MPF para ser considerado na ação de reparação coletiva.

Relacionada a demandas de educação, a comunidade trouxe que não recebem merenda, que é toda industrializada e não adequada para as 190 crianças no PAE II, não cumprem com o PNAE dos 30% da agricultura familiar. Registram que a comunidade tem condições de fornecer alimentos. Contam com estrutura precárias das escolas, sem energia, sem ventilador, estruturas de madeiras podres trazendo riscos para as crianças.

São 6 (seis) escolas para 12 (doze) comunidades no município de Borba, as escolas de NON tem mais estrutura, com construção em alvenaria e merenda. A escola que tem ensino médio fica a 6h de deslocamento, assim, muitos não se matriculam, estavam sem catraieiro em 2024, a alternativa é o ensino tecnológico na escola Cristo Rei I em NON a 40min. São 30 (trinta) alunos sem estudar da comunidade de Monte Horebe ao Maruim e não recebem fardamento escolar.

Alegam que conviveram 4 (quatro) meses com a seca e que cada pessoa tem gerador para a energia.

2.7 Comunidade Ribeirinha Nova União



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

Relataram que a comunidade não estava sabendo dos acontecimentos e da operação policial e a polícia fez a comunidade de refém para dizer onde estava o traficante Bacurau e chegaram a oferecer a quantia de 5 (cinco) mil reais para dizerem onde estava. Os policiais praticaram tortura contra os comunitários, colocando sacos na cabeça de jovens para que os adultos dissessem o paradeiro do Bacurau.

A comunidade não podia sair, quase morreram de fome, chegaram a passar uma noite e parte do dia todos juntos como reféns, incluindo mulheres e crianças, todos trancados pelos policiais dentro da casa de farinha e os policiais diziam que todos no Rio Abacaxis seriam piratas ou bandidos, realizaram muitas agressões verbais e físicas em operativo que contou com cerca de 10 (dez) policiais, os quais também colocaram armas nos comunitários.

Alguns chegaram a ser presos e ficaram quase 20 (vinte) dias na prisão, outros foram trancados na casa e espancaram e torturaram crianças, mulheres, idosos, deficientes que durou cerca de 1 semana. A comunidade mudou de nome para Nova União, não se identificam mais com o nome de Curva do Vento por questão de segurança

Essas comunidades foram violentamente atingidas pelas ações da polícia militar do estado do Amazonas há 4 anos atrás, pessoas foram agredidas, ameaçadas, torturadas física e psicologicamente, sofreram cárcere privado, em alguns casos passaram por esses suplícios por horas a fio. O comando da polícia militar presente nessas ações tudo ordenava e conduzia.

Casas foram literalmente invadidas por policiais militares, pertences destruídos etc. Da escuta foi perceptível verificar que muitas pessoas até hoje padecem de um grande medo, sofrem de ansiedade, têm crises de angústia e há permanente apreensão de que a polícia retorne a qualquer momento e novamente atue do mesmo modo.

Percebeu-se, também, quando da escuta, grande carência quanto à atenção à saúde, ausência absoluta de saneamento básico, relatos de doenças como diarreias, particularmente em crianças. Houve relatos de que quando se deslocam a NON por conta de aposentadorias, bolsa família, venda de produtos nativos etc, se sentem apreensivos e inseguros ante a possibilidade de serem abordados de modo truculento por policiais.

Após esses encontros, retornamos para a Aldeia Terra Preta para pernoite.

2.8 Comunidade Ribeirinha Monte Horebe

No dia posterior, 19, deslocamento cedo para a comunidade ribeirinha de Monte Horebe, onde, pela manhã, realizamos conversa com as/os ribeirinhas/os, na qual foram reiteradas as acusações contra os agentes de segurança do estado do Amazonas, os quais por mais de um dia procederam violentamente contra praticamente toda a comunidade, seja com ameaças, detenções arbitrárias, violência física e psicológica, furto de mercadorias, invasão de domicílios e outras



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

ações. Algumas narrativas deram conta da existência de ansiedade e medo até os dias de hoje, onde qualquer menção a policiais do estado implica em forte sentimento negativo e temor de que algo violento possa ocorrer novamente.

Contam com 13 (treze) famílias, cerca de 40 (quarenta) pessoas, na época dos fatos tinham 16 (dezesesseis) famílias, muitos estão traumatizados. A comunidade sofre muito desde os fatos e o que mais machuca a comunidade é que quem deveria proteger foi quem praticou as violências. As pessoas da comunidade não estavam acostumadas com a presença da polícia.

Se trata de uma comunidade com índice zero de saneamento básico, onde a presença de diarreias e outras infecções gastrointestinais são comuns, segundo relatado, principalmente em crianças. O atendimento à saúde, fora o prestado eventualmente e de modo anual por uma ONG, é praticamente inexistente por parte da administração pública, salvo quanto à vacinação periódica. Atendimento de saúde precário com posto desativado e sem estrutura no Pedral. Não tem saneamento básico e estão há mais de 1 ano sem tratar a água para consumo. Convivem com diarreia, febre, vômitos em crianças e adultos nas épocas de cheias e secas.

Não possuem atendimento psicológico e nem atendimento de saúde.

O Rio Abacaxis é uma mãe para todos e também é o local onde os criminosos vão se esconder desde várias cidades da região. Que foi feita uma chacina em busca de informações sobre o paradeiro do Bacurau que eles não sabiam.

Os pais dos filhos mortos continuam a sofrer e traumatizados, quando vêem uma lancha, correm e se escondem, vivem com medo.

Antes a navegabilidade no rio estava arriscada devido à presença policial, em uma oportunidade, uma embarcação da comunidade com uma família e crianças menores de idade foram abordadas por policiais que botaram armas nas crianças e disseram que os mantimentos e gasolina presentes na embarcação seriam para o tráfico.

Os policiais passaram 1 (uma) semana na comunidade e dessa semana, 1 (um) dia inteiro foi de baculejo geral na comunidade. Os policiais estavam sem identificação e com balaclava no rosto. Perguntavam pelo Bacurau e diziam que se não contassem nada, iriam matar toda a comunidade, ainda mais relatos de prática de tortura, tendo colocado comunitários dentro de tanque.

A comunidade vive da agricultura com produtos como farinha, banana, maxixe, legumes. Não tem poço artesiano para água.

Não conseguem mandar as crianças para a vacinação, as equipes não vão prestar o serviço e colocam a responsabilidade para o município de Borba, isso faz com que corram o risco de perder os benefícios sociais, demoram para ir vacinar e quando vão acabam por fazer várias vacinas de 1 só vez nas crianças.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

Sem assistência social do município de Borba e também denunciam o preconceito que sofrem, por dizerem nas cidades que os moradores do Abacaxis são bandidos e traficantes. Vivem com medo e insegurança, por exemplo, para ir pescar e de a Polícia voltar a sua comunidade

A “ambulância” que tinham foi roubada, e em NON não aceitam atender pessoas de Borba o que prejudica as famílias, já que a depender da localização da comunidade, uma estão mais próximas dos municípios que não são suas sedes oficiais.

A demanda seria para reformar e organizar o posto de saúde de Pedral ou fazer novos postos de saúde.

2.9 Comunidade ribeirinha Santo Antônio do Lira

No 4º dia de Missão “in loco” na data 19/04/2024, foi realizada visita à comunidade de Santo Antônio do Lira, também ribeirinha, onde foi feita reunião com moradores que também relataram bárbaras atrocidades praticadas pelas forças de segurança na área, por ocasião da mesma investida havida há cerca de 4 (quatro) anos, inclusive o assassinato com um tiro pelas costas de um morador que assustado com a chegada da polícia militar correu para o mato e foi baleado pelas costas.

A comunidade é composta por 6 (seis) famílias, cerca de 50 (cinquenta) pessoas que vivem em sua maioria da agricultura, da caça, e de benefícios sociais, como bolsa família e aposentadoria.

Houve também notícias de êxodo para cidades maiores, inclusive a capital do estado, em razão do medo que passou a reinar entre eles após as ações dos policiais mencionadas, assim como por conta de outros motivos. A comunidade, desse modo, segundo eles, vem se reduzindo.

A menção ainda foi feita à absoluta falta de atenção à saúde que muito eventualmente, salvo períodos de vacinação. O saneamento básico inexistente, mas há promessa de instalação para captação e filtragem da água do rio, a partir de recursos que vêm sendo buscados junto ao município e estado.

A comunidade relata que no episódio do Massacre sofreu uma operação da polícia que contou com 3 (três) lanchas da com cerca de 30 (trinta) policiais e na ocasião comunitários foram mortos na comunidade, além de sofrerem espancamentos e tortura, como tendo sido trancados e em outro caso colocaram gasolina em um dos comunitários e ameaçaram a queimar, que ainda algemaram e deitaram no chão, relatam que uma das vítimas chegou a desmaiar 3 (três) vezes e a ficar inconsciente. Após matar um comunitário, a comunidade viu os policiais saindo com um corpo enrolado em uma rede. Uma das vítimas levou um tiro pelas costas e jogaram gasolina também em uma mulher da comunidade. Depois das investidas na comunidade, não chegaram a voltar, passagem pelo rio e ameaçavam a comunidade do rio.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

Sobre a educação, relatam que há mais de 1 ano estão sem escola na comunidade, alguns comunitários trabalham na escola.

Em relação ao atendimento de saúde alegam que não tem atendimento de saúde, quando precisam, se deslocam até NON e utilizam a água do rio para consumo, sem tratamento, apenas quando uma agente de saúde vai na comunidade e leva o cloro.

Assim, enquanto demandas da comunidade pode-se elencar o acesso e consumo de água potável demanda que deve ser articulada entre a prefeitura municipal, estado e União, a construção de sede e espaço social para reuniões da comunidade; que seja implementado o saneamento básico e que o atendimento à saúde constante com instalação de posto de saúde na comunidade.

3. Reuniões institucionais

3.1. Reunião com Ministério Público Federal

A primeira agenda de reuniões institucionais contou com a representação dos escritórios cível e criminal do Ministério Público Federal do Amazonas, representante da Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do estado do Amazonas e Coletivo Abacaxis no auditório do MPF/AM em Manaus.

Foi discutido entre os presentes o conteúdo das oitivas realizadas “in loco” com os povos e comunidades e reforçado a importância do MPF dar andamento à Ação Civil Pública para reparação pelos danos oriundos do Massacre, bem como a atenção especial para o caso do inquérito policial relativo ao Massacre com o consequente oferecimento de denúncia e responsabilização criminal dos envolvidos.

Importa destacar que foi distribuída na data de 22/07/2024 Ação Civil Pública (ACP) pelo Ministério Público Federal em face da União, do estado do Amazonas e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) “requerendo a condenação destes ao pagamento de indenização e ao cumprimento de obrigações de fazer e de não fazer, em decorrência de ações e omissões que resultaram em diversas violações de direitos humanos em desfavor de moradores de comunidades indígenas e ribeirinhas localizadas na Região do Rio Abacaxis, especificamente: 1) Aldeia do Laguinho do Bem Assim, localizado na Terra Indígena Coatá Laranjal (demarcada); 2) Aldeias Terra Preta, São José e Aldeia Mereré, do Povo Maraguá (área não demarcada - território indígena pretendido em sobreposição ao Projeto Agroextrativista Abacaxis); 3) Comunidade Monte Horebe, localizada dentro do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Abacaxis, em Borba/AM; 4) Comunidade Camarão; 5) Comunidade Curva do Vento/Nova União, localizadas



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

dentro do PAE Abacaxis, em Borba/AM; e 6) Comunidade Santo Antônio do Lira, dentro do PAE Abacaxis II, em Nova Olinda do Norte/AM”.

A ACP foi autuada sob o nº 1025054-46.2024.4.01.3200 e está em tramitação junto à 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Amazonas.

3.2. Reunião com Juiz criminal federal

Na oportunidade em formato virtual, foi discutida a importância da atenção aos direitos dos povos indígenas e comunidades ribeirinhas e exposta a situação referente ao caso do Massacre do Rio Abacaxis;

3.3. Reunião com o Vice-governador do estado do Amazonas e com a Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

Em reunião na sede do Governo do estado do Amazonas, a comitiva do CNDH foi recebida pelo vice-governador do estado, Sr. Tadeu Souza e pela Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Jussara Pedrosa. Na oportunidade o governo estadual se colocou à disposição e empenhado na execução das devidas políticas públicas para os povos indígenas e comunidades ribeirinhas afetadas diretamente pelo caso em tela, bem como no fortalecimento dos respectivos municípios e presença do estado na região dos Rios Abacaxis e Marimari.

O presente relatório e respectivas recomendações serão encaminhadas ao governo para a continuidade do acompanhamento do caso e devolutiva pelo governo de suas ações realizadas.

3.4. Reunião com o Arcebispo de Manaus, Dom Leonardo Steiner

Reunião de discussão acerca das reuniões previamente realizadas, haja vista que foi necessário a delegação do CNDH se dividir para cumprir as agendas em Manaus, bem como para participação na coletiva de imprensa em sequência.

3.5. Coletiva de imprensa acerca dos trabalhos realizados pela Missão do CNDH

Em sede de conclusão da missão, foi realizada coletiva de imprensa na sede da Cúria Arquidiocesana de Manaus onde participaram a presidente do CNDH, Marina Dermamm, o conselheiro do CNDH e representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

(APOINME), Ademar Junior Pankararu, o representante da Defensoria Pública da União, José Tambasco e o cardeal e Bispo de Manaus, Dom Leonardo Steiner.

A ocasião contou com a presença de vários organismos da imprensa, e, por fim, foi lida a Nota Pública do CNDH acerca da Missão e concedida pelos presentes uma série de entrevistas para os respectivos canais de mídia, com alguns links anexados no rodapé.¹⁴¹⁵¹⁶¹⁷¹⁸¹⁹²⁰²¹²²²³

De forma concomitante a Nota Pública do CNDH acerca da Missão realizada também foi publicada no site oficial do CNDH e em suas redes sociais para divulgação e difusão.

3.6. Reunião com o Secretário Nacional de Saúde Indígena (SESAI)

A saúde indígena na região, conforme já explicitado, enfrenta muita dificuldade de apresentar uma estrutura mínima e adequada, com problemas que vão desde a falta de profissionais e medicamentos até a escassez de recursos destinados para a infraestrutura e logística, os quais constituem-se como os principais entraves.

Em momento posterior à Missão realizada em abril, já no mês de maio de 2024, na sede da SESAÍ em Brasília, estiveram presentes em reunião com o Secretário Weibe Tapeba e equipe da SESAÍ, o conselheiro do CNDH, Ademar Junior Pankararu e o consultor *ad-hoc* Daniel Maranhão, onde foram dialogadas sobre a realidade, necessidades e as demandas de saúde apresentadas pelos dois povos indígenas visitados durante a Missão, Povo Munduruku da Aldeia Laguinho e Povo Maraguá da Aldeia Terra Preta e demais Aldeias com representantes presentes.

Posteriormente à esta reunião, enquanto encaminhamento, foi enviado o Ofício nº 550/2024-SEI/CNDH/MDHC (anexo) na data de 11 de junho de 2024 do CNDH para a SESAÍ contendo as demandas que seguem abaixo listadas na seção das recomendações para a pasta, a qual se comprometeu a dar seguimento e atenção especial ao caso diante da gravidade enfrentada.

¹⁴<https://arquiocesedemanaus.org.br/2024/04/23/em-coletiva-conselho-nacional-de-direitos-humanos-e-cidadania-e-ministerio-publico-denunciam-a-violacao-continua-dos-direitos-humanos-de-comunidades-do-rio-abacaxis/>

¹⁵ <https://ovaradouro.com.br/alerta-gatilho/>

¹⁶<https://www.dpu.def.br/noticias-amazonas/163-noticias-am-geral/80197-dpu-integra-missao-de-assistencia-a-familiares-de-vitimas-do-massacre-do-rio-abacaxis-am>

¹⁷ <https://cimi.org.br/2024/04/cndh-visita/>

¹⁸<https://revistacenarium.com.br/amazonas-policia-federal-investiga-envolvidos-em-massacre-do-rio-abacaxis/>

¹⁹ <https://d24am.com/policia/pf-acompanha-investigacoes-sobre-o-massacre-do-rio-abacaxis-no-am/>

²⁰<https://www.youtube.com/live/gynbgGq9mWg?si=ykbw9hGYqSPRghmd>

²¹<https://radioriomarf.com.br/impunidade-parecer-do-ministerio-publico-aponta-violacao-continua-dos-direitos-humanos-de-etnias-indigenas-do-amazonas/>

²²<https://amazonasatual.com.br/cndh-denuncia-abandono-medo-e-inseguranca-na-regiao-do-rio-abacaxis/>

²³



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

4. Da substituição do delegado responsável pela investigação do Massacre do Abacaxis no Amazonas

Com surpresa, no final do mês de agosto, chegou ao conhecimento do CNDH a troca do superintendente regional da Polícia Federal do estado do Amazonas e também a mudança do delegado da Polícia Federal, Sr. Badenes que estava conduzindo as investigações do inquérito do Massacre do Rio Abacaxis. Tal fato traz muita preocupação ao Conselho, por entender que uma mudança nesse momento de conclusão do inquérito pode prejudicar sua devida finalização e indiciamento dos responsáveis.

Diante da gravidade dos fatos, este Conselho prontamente oficiou por meio do OFÍCIO Nº 914/2024-SEI/CNDH/MDHC a Direção Chefe da Polícia Federal de Brasília solicitando informações do porquê das trocas e manifestando preocupação quanto ao andamento eficaz e célere das investigações. A Polícia Federal respondeu por meio do OFÍCIO Nº 193/2024/GAB/PF alegando que se tratou de *“ato de redistribuição dos feitos policiais mencionados é importante destacar que a providência administrativa adotada encontra respaldo jurídico no art. 2.º, § 4.º, da Lei n.º 12.830/2013, bem como no art. 115, inciso III, da Instrução Normativa n.º 255/2023-DG/PF.”*

Ainda, é importante trazer à baila que o mesmo delegado também atuava no caso do assassinato do indigenista Bruno e do jornalista Dom, caso objeto de Medidas Cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), além do inquérito sobre o assassinato do indigenista Maxciel Pereira da FUNAI, de forma que a UNIVAJA publicou nota pública manifestando profunda preocupação.²⁴

Este conselho realizou a oitiva do delegado Francisco Badenes, sendo conduzida pela conselheira Edna Jatobá (GAJOP), pelo conselheiro Nicolao Dino (MPF) e pelo consultor *ad-hoc* Daniel Maranhão. A oitiva foi gravada e arquivada junto ao processo SEI desta missão e ocorreu sob sigilo em razão dos fatos discutidos.

O Delegado Francisco Badenes foi o sexto delegado do inquérito do Massacre do Rio Abacaxis, assumindo o caso em fevereiro de 2022, quase dois anos após o massacre. Ele também presidia outros dois inquéritos na região com forte repercussão social, notadamente dos homicídios do indigenista Bruno e do jornalista inglês Dom Phillips e o inquérito policial do assassinato do indigenista Maxciel Pereira.

O delegado Badenes, por ser um profissional com experiência na condução de inquéritos que investigam agentes públicos responsáveis por práticas violadoras de direitos humanos, afiançava segurança às vítimas e aos coletivos que acompanham o caso. Esses grupos relatam

²⁴Disponível em: <https://univaja.org/wp-content/uploads/2024/08/NOTA-A-IMPrensa.-2024.pdf>.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

preocupação que a mudança tenha ocorrido por motivação política para intervenção na condução (e conclusão) das investigações.

Há suspeita de interferências políticas ao longo da condução do caso. Ainda durante a ação no território, a Polícia Federal não foi até o local dos fatos alegando “risco de segurança”. A equipe de missão obteve relatos de que essa ordem teria sido dada por superiores lotados em Brasília. De se registrar que o fato chegou a ser repudiado pelo superintendente da PF/AM a época, que afirmou que a PF poderia ter evitado o massacre se não fosse essa “falha institucional”. O episódio chegou a ser noticiado na imprensa à época²⁵.

Há também relatos de ilegalidades e interferências políticas em nível estadual. Matéria da Revista Piauí²⁶ evidenciou o preocupante uso de software espião para monitorar ilegalmente as vítimas do Massacre do Rio Abacaxis pelo governo do estado do Amazonas, na pessoa do ex-secretário de segurança pública Bonates na época dos fatos. Segundo a matéria:

“[...] Quando tomou posse como secretário de Segurança Pública, Bonates passou a ter acesso a um equipamento de espionagem que o órgão havia comprado em 2016 por 6,7 milhões de reais – o GI-2. Dois anos depois de sua posse, chegou ao Ministério Público do Amazonas a informação de que agentes da Secretaria de Segurança estavam extorquindo comerciantes de ouro depois de monitorá-los com o GI-2 e outro programa, conhecido como Guardião.

[...]

Depois de passar vinte dias preso, Garzedim Freire voltou a ser ouvido pelo Ministério Público. A certa altura, deu uma informação gravíssima. Disse que, durante a gestão de Bonates, a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas usara o GI-2 para localizar – e depois torturar e assassinar – ribeirinhos ao longo do Rio Abacaxis. A história começou quando o secretário executivo do Fundo de Promoção Social do Amazonas, Saulo Moysés Rezende Costa, fazia pesca esportiva no Abacaxis, uma atividade ilegal na região, e foi hostilizado por indígenas e ribeirinhos. No entretanto, o secretário acabou levando um tiro de raspão. Dez dias depois, dez policiais militares à paisana, encapuzados e armados com fuzis, apareceram na comunidade em busca do autor do tiro. Foram recebidos a bala. Dois policiais morreram e dois ficaram feridos. A vingança veio dois dias depois, na forma de um massacre.

A Secretaria de Segurança mobilizou 130 policiais militares para caçar Valdelice Dias da Silva, o Bacurau, apontado como autor do tiro de raspão. E fez toda a operação com o uso do GI-2, segundo Garzedim Freire. Como prova, entregou o termo de retirada da maleta do equipamento pela PM. O aparato localizou os ribeirinhos e monitorou seus movimentos. Durante dez dias, de 4 a 14 de agosto de 2020, os policiais, usando balaclavas e sem identificação nas fardas,

²⁵Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/elite-da-pf-falha-na-seguranca-em-areas-de-conflito-na-amazonia-diz-documento/>.

²⁶Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-os-orgaos-oficiais-abriram-as-comportas-da-espionagem-ilegal-no-governo-bolsonaro/>.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

percorreram as comunidades ribeirinhas aterrorizando os moradores: dezenas de homens e mulheres torturados (alguns foram sufocados com sacos plásticos na cabeça, outros foram ameaçados com fogo depois de terem o corpo embebido em gasolina), crianças foram trancafiadas por vários minutos dentro de freezers, três casas foram incendiadas em aldeia indígena e oito pessoas foram assassinadas – dois corpos seguem desaparecidos. Em razão da barbárie, a Polícia Federal indiciou Bonates e o comandante da PM na ocasião, coronel Ayrton Norte, por homicídio, tortura, associação criminosa, cárcere privado e obstrução de Justiça. Até o fim de novembro, Bacurau seguia foragido.

A Polícia Federal apreendeu o GI-2 e encaminhou para o Instituto Nacional de Criminalística, em Brasília. A perícia confirmou que o GI-2 consegue captar conversas telefônicas e encontrou registros de uso do equipamento de 2015 até julho de 2021, mas não obteve dados de quais telefones foram interceptados. As ferramentas, então, foram devolvidas à Secretaria de Segurança e continuam sob uso da corporação policial. Em julho de 2022, a Polícia Civil fez outro negócio com a Cognyte: comprou, por 6 milhões de reais, uma maleta capaz de monitorar telefones satelitais, muito comuns na Amazônia devido à escassa cobertura de sinal dos celulares convencionais. A ferramenta é semelhante ao GI-2 e, segundo a proposta comercial da empresa enviada ao governo amazonense, intercepta chamadas de voz e de SMS.”

A sétima troca de comando nas investigações do massacre do Rio Abacaxis pela Polícia Federal causa enorme preocupação. Primeiro porque o delegado substituído estava próximo de encerrar o trabalho de investigação, sendo que sua substituição pode colocar em risco o resultado da mesma. Segundo pela possível interferência política nessa troca, haja vista o perfil dos investigados. Por fim, se considera que a manutenção do inquérito em Brasília, e não junto à Superintendência da PF/AM, se mostra medida essencial para blindar o andamento dos trabalhos de eventual interferência política.

Por fim, causa preocupação o fato de que, logo após o afastamento, o delegado responde à procedimento de apuração de sua conduta pela corregedoria. Até onde se teve notícias, sua condução no caso contou com avanços significativos na investigação, a exemplo do indiciamento de alguns autores do massacre.

5. Considerações finais



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

Diante de todos os fatos, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), entidade nacional de atuação independente e de finalidade voltada à promoção e a defesa dos direitos humanos no Brasil, com base na Lei 12.986/2014, após a missão “in loco” para averiguar denúncias de violações de direitos humanos do episódio conhecido como o “Massacre do Rio Abacaxis” entende pela necessidade da expedição de um conjunto de recomendações abaixo elencadas aos órgãos e instituições públicas indicadas.

O Massacre que torturou e assassinou barbaramente quatro ribeirinhos e dois indígenas do povo Munduruku durante operação policial ainda é realidade para aquelas comunidades, tanto quanto às suas consequências físicas, emocionais e psicológicas, quanto relacionada à falta de responsabilização dos envolvidos e falta do aporte das mais variadas políticas públicas.

Foi constatado que desde a última missão realizada pelo CNDH na região do Rio Abacaxis no ano de 2020 houve poucos avanços na apuração concreta dos fatos ocorridos tanto na esfera criminal, quanto na esfera cível, para reparação e indenização das vítimas e coletivos afetados. Ainda, a ausência do Estado enquanto executor das devidas políticas públicas expõe um abandono da região, aumentando sua susceptibilidade às investidas criminosas contra os povos indígenas e comunidades tradicionais ribeirinhas. Os modos de viver tradicionais e ancestrais amazônicos estão ameaçados por garimpos ilegais, pesca e caça ilegais e exploração ilegal de madeira e o tráfico de drogas, que além de esbulharem a terra, as águas e as florestas e delas sugarem todas as suas riquezas, ameaçam quem defende os territórios e os povos que nela vivem e sobrevivem.

Assim, o CNDH clama ao Poder Público a adoção de medidas urgentes e efetivas para a superação deste cenário que se perpetua na região dos Rios Abacaxis e Marimari. A ausência do poder público causou a oportunidade para que práticas ilícitas se alastrassem pela região, dos mais distintos tipos como tráfico de drogas, garimpo ilegal, pesca ilegal, caça ilegal, desmatamento, violência sexual contra mulheres e crianças.

O CNDH expressa, outrossim, especial preocupação com as ameaças às vidas dos povos indígenas e comunidades tradicionais ribeirinhas, solicitando providências imediatas para proteção a essas pessoas, garantia dos direitos sociais fundamentais e execução das políticas públicas.

6. Recomendações



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

Por todo o exposto no presente relatório, o CNDH, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014, em especial no art. 4º, IV, vem recomendar aos órgãos, em um prazo de até 60 (sessenta) dias:

6.1. Aos Municípios de Borba e de Nova Olinda do Norte:

6.1.1. Que preste informações sobre as medidas adotadas para a iluminação pública nas aldeias e comunidades ribeirinhas da região;

6.1.2. Que em articulação com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e a Secretaria estadual de saúde promova o atendimento de saúde de forma constante nas aldeias e comunidades;

6.2. Ao Governo do estado do Amazonas, por meio de suas Secretarias, autarquias, institutos e fundações:

6.2.1. Que promova cursos de aperfeiçoamento, capacitação, formação e especialização para todo efetivo que atua na segurança pública do estado e em especial da Polícia Militar, sobre o tema dos direitos ambientais, crimes ambientais, direitos humanos, direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais;

6.2.2. Que promova políticas e ações para melhoria das condições de vida dos territórios indígenas e comunidades ribeirinhas com a execução de políticas públicas nesses territórios e região do Rio Abacaxis e Mari Mari;

6.2.3. Que adote providências imediatas para indenizar administrativamente as vítimas diretas das ações violentas da operação policial do Estado, que violou seus direitos humanos;

6.2.4. Que por meio da Secretaria de Educação e da Gerência escolar indígena empreenda esforços e disponibilize recursos para melhoria na estrutura das escolas indígenas da região do Rio Abacaxis e MariMari, notadamente com a construção de novas escolas necessárias, instalação de energia elétrica, ventiladores, ar-condicionado, dentre as demais condições para o melhor suporte à comunidade escolar, assim como atue com a mesma finalidade para as escolas das comunidades ribeirinhas;

6.3. Ao Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas e Ministério Público do estado do Amazonas:



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

6.3.1. Que preste informações sobre as ações, inquéritos policiais, denúncias e procedimentos instaurados e relacionados com qualquer fato que envolva os povos indígenas Maraguá e Munduruku da Aldeia Laguinho e as comunidades ribeirinhas;

6.3.2. Que dê continuidade ao acompanhamento do caso do Massacre do Rio Abacaxis e dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região, requerendo o levantamento do sigilo do inquérito, especialmente para vítimas e familiares, atuando em âmbito criminal, junto à Polícia Federal a fim de diligenciar para que a investigação seja célere e frutífera, identificando as autorias e provas necessárias para a responsabilização criminal, denuncie todos os envolvidos e atue judicialmente com dedicação e empenho para alcance da condenação; em âmbito cível, diligencie para que os Povos Indígenas e comunidades ribeirinhas do Rio Abacaxis e Marimari sejam reparados pelos danos morais e materiais coletivos que sofreram, em razão da operação policial do Estado do Amazonas;

6.3.3. Que dê continuidade ao acompanhamento da Rede de Mulheres Maraguá, Munduruku e Saterê-Mawé;

6.3.4. Seja promovida a articulação com o programa de proteção de defensores de direitos humanos para a inclusão das mulheres indígenas e vítimas que integram a Rede de Mulheres Maraguá, Munduruku e Saterê Mawé para sua proteção a fim de evitar novos casos de ameaças e violências.

6.3.5. Que atue na promoção de educação em direitos humanos no estado e em ações de promoção de cidadania como mutirões e junto às secretarias municipais de educação e estadual;

6.3.6 Que crie, em conjunto com as demais entidades e órgãos responsáveis, um grupo de trabalho ou rede com foco a atuação na região do Rio Abacaxis e Marimari com a presença dos municípios, estado, União, DPU, DPE, FUNAI, MPI, ICMBio, IBAMA dentre outros para atuação de prevenção e proteção da região e seus povos e comunidades, bem como para a promoção das variadas políticas públicas;

6.3.7 Que o Ministério Público Estadual, em conformidade com suas atribuições de controle externo da polícia, informe os procedimentos instaurados para investigar a atuação dos policiais militares envolvidos nas violações de direitos humanos decorrentes da operação – incluindo o Secretário de Segurança e Comandante da PM à época -, o resultado das apurações e as sanções aplicadas; e caso assim não tenha diligenciado, que o faça imediatamente - a fim de evitar a prescrição administrativa - instaurando os procedimentos administrativos necessários para apurar as condutas dos agentes de segurança que ensejaram em violação dos direitos humanos de indígenas e ribeirinhos, atuando para que haja responsabilização administrativa e individual para cada envolvido;



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

6.4. À Defensoria Pública da União (DPU) no Amazonas e à Defensoria Pública do estado do Amazonas:

6.4.1. Preste informações sobre as ações, inquéritos policiais, denúncias e procedimentos instaurados e relacionados com qualquer fato que envolva os povos indígenas Maraguá e Munduruku da Aldeia Laguinho;

6.4.2. Que deem continuidade ao acompanhamento do caso do Massacre do Rio Abacaxis e dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais da região, em particular atuando, administrativa e judicialmente, para as reparações cíveis das vítimas diretas das violações e das comunidades;

6.4.3. Que dê continuidade ao acompanhamento da Rede de Mulheres Maraguá, Munduruku e Saterê-Mawé;

6.4.4. Seja promovida a articulação com o programa de proteção de defensores de direitos humanos para a inclusão das mulheres indígenas e vítimas que integram a Rede de Mulheres Maraguá, Munduruku e Saterê Mawé para sua proteção a fim de evitar novos casos de ameaças e violências.

6.4.5. Que atue na promoção de educação em direitos humanos no estado e em ações de promoção de cidadanias como mutirões e junto às secretarias municipais de educação e estadual;

6.5. Ao Ministério da Justiça e Segurança Pública:

6.5.1. Que promova com a instalação de bases e postos avançados de proteção para o Rio Abacaxis e Mariri, e seus territórios, com a maior brevidade possível, haja vista a gravidade da situação enfrentada na região;

6.5.2. Que seja solicitada a inclusão da Região do Rio Abacaxis e Marimari noas políticas de segurança pública, especialmente as com enfoque na região amazônica, a exemplo do do Plano Amazônia: Segurança e Soberania (AMAS) e do Programa Nacional de Enfrentamento às organizações Criminosas (Programa ENFOC), e que a implantação ocorra após diálogo direto com os Povos Indígenas, ribeirinhos e organizações da sociedade civil que atuam na região, a fim de que sejam feitas as adaptações necessárias à realidade em razão das consequências do massacre na região;

6.5.3. Que estabeleça a região como prioritária para atendimento e apresente informações periódicas sobre as medidas adotadas;

6.5.4. Que preste informações acerca do andamento da construção da BAPE Abacaxis para a proteção do território com povos indígenas isolados;



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

6.5.5. Que atue com a diligência e maior brevidade possível para a conclusão e encaminhamento dos inquéritos apuratórios dos casos do Massacre do Rio Abacaxis, Bruno e Dom, Maxciel;

6.5.5 Que empreenda força-tarefa junto com demais órgãos responsáveis para atuação urgente e perene na região de modo a coibir os diversos crimes ali cometidos como tráfico de drogas, plantações de drogas, garimpo, desmatamento, caça e pesca ilegal dentre outros;

6.5.6 Que empregue a Força Nacional de Segurança Pública para atuação na região do Rio Abacaxis e Mari-Mari de modo a proteger as comunidades indígenas e ribeirinhas, bem como coibir a práticas dos crimes sobretudo ambientais na região;

6.6. À Polícia Federal:

6.6.1. Que conclua com a maior celeridade possível os inquéritos apuratórios do Massacre do Rio Abacaxis, do assassinato de Bruno, Dom e Maxciel, mantendo a competência da investigação em Brasília como forma de evitar interferências políticas na condução das investigações;

6.6.2 Que promova a instalação de bases e postos avançados de proteção dos territórios do Rio Abacaxis em urgência haja vista a gravidade da situação enfrentada na região;

6.6.3. Que estabeleça a região do Rio Abacaxis como prioritária para atendimento e apresente a este Conselho Nacional informações periódicas sobre as medidas adotadas;

6.6.4. Que informe sobre a redistribuição do inquérito policial e sua consequente troca de delegado, uma vez que não ficou suficientemente demonstrado o *“motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação”*, conforme preceitua o art. 2.º, § 4.º, da Lei nº 12.830/2013 e também informe as razões da instauração de procedimento administrativo contra o delegado Francisco Badenes;

6.7. Ao Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDHCA):

6.7.1. Que realize o acompanhamento da situação que envolve o Massacre do Rio Abacaxis e atue com diligência juntos aos casos e apoie as comunidades com medidas efetivas de segurança e proteção;

6.7.2. Que realize articulação com as forças policiais para diálogo e atuação constante na região;



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

6.7.3. Que forneça os devidos itens de segurança para a proteção dos territórios indígenas e comunidades ribeirinhas, assim como atue para a constante ronda policial na região para coibir atividades ilícitas;

6.8. À Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI):

6.8.1. Que preste informações acerca do andamento da construção da BAPE Abacaxis para a proteção do território com povos indígenas isolados;

6.8.2. Que preste informações sobre o atual estado do andamento do processo administrativo de demarcação do território Maraguá e atue com diligência para sua finalização em prazo razoável;

6.8.3. Que diligencie e promova Base de proteção territorial para Aldeia Laguinho Munduruku;

6.8.4. Que realize o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Kwatá-Laranjal que abarque a Aldeia Laguinho e para também PGTA para o território do povo Maraguá;

6.8.5. Que preste informações e/ou realize com maior frequência possível ações de fiscalização e monitoramento dos territórios indígenas, com sobrevôos aos territórios dentre outras medidas para combate ao desmatamento e garimpo, pesca e caça ilegal;

6.8.6. Que atue com diligência junto ao Povo Maraguá para fiscalização e proteção de seu território;

6.8.7. Que proceda com missões à TI Maraguá para apuração dos registros dos povos indígenas isolados na região;

6.9. Ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI):

6.9.1. Que acompanhe com urgência e prioridade a situação dos povos indígenas da Região do Rio Abacaxis e Marimari haja vista a ocorrência do Massacre e contínuas violências, instaurando gabinete de crise, garantindo a representação deste conselho e de representações indígenas e de entidades/movimentos sociais que acompanham o caso;

6.9.2. Que officie à Coordenação Geral de Proteção Territorial – CGPT/DEPRO/SEDAT/MPI, em conjunto com a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial – CGMT/DPT/FUNAI, para realizar constante e periódico acompanhamento da Região do Rio Abacaxis e Marimari, sobretudo por meio de ferramentas de monitoramento remoto;



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaibrasil/cndh>

6.9.3. Que inclua a Região do Rio Abacaxis e Marimari no Programa “Mosarambihára: Semeadores do Bem Viver para Cura da Terra”, instituído pela Portaria GM/MPI nº 97, de 20 de março de 2024;

6.9.4. Que as unidades que compõe o Ministério dos Povos Indígenas informe acerca da situação dos territórios indígena na região;

6.9.5. Que preste informações e/ou realize com maior frequência possível ações de fiscalização e monitoramento dos territórios indígenas, com sobrevôos aos territórios dentre outras medidas para combate ao desmatamento e garimpo, pesca e caça ilegal;

6.9.6. Que promova ações de promoção aos direitos da cidadania dos povos indígenas;

6.9.7. Que promova grupo de trabalho no Ministério dos Povos Indígenas para acompanhamento do caso de modo a dar celeridade às reivindicações e necessidades dos povos indígenas e seus territórios;

6.9.8. Que promova com celeridade a demarcação e regularização dos territórios indígenas da Região, a mencionar a regularização da TI Maraguá;

6.9.9. Que proceda com a elaboração e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas da região;

6.9.10. Que em parceria com outros órgãos e instituições, como a Sesai, promova o acesso à água potável e saneamento básico para os povos e comunidades indígenas da região;

6.10. Ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA):

6.10.1. Que preste informações e atue em favor dos povos indígenas e comunidades tradicionais da região para recebimento das políticas públicas da pesca e aquicultura;

6.11. À Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI):

6.11.1. Que promova a construção e implementação de Polo Base com toda estrutura e equipamento adequado para o povo indígena Maraguá na Aldeia Terra Preta do Rio Abacaxis, Polo que servirá como ponto central para as demais Aldeias do povo Maraguá do Rio Abacaxis;

6.11.2. Que forneça barcos com motor de adequada potência para rápido e seguro deslocamento para todas as Aldeias do povo Maraguá do Rio Abacaxis para que cada aldeia tenha sua embarcação para deslocamento até o Polo Base na Aldeia Terra Preta do Rio Abacaxis, são elas: Aldeias Kaweha, Aldeia Tupanaua ou Pilão, Aldeia São José, Aldeia Santa Tereza e Aldeia Maruim que ficam no Rio Abacaxis perto da Aldeia Terra Preta;

6.11.3. Que promova a construção e implementação de postos de saúde tipo 2 nas Aldeias do Povo Maraguá dos outros rios: na Aldeia Kawehazinho (Rio Urariá), na Aldeia Mossoroca (Rio



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

Curupira), na Aldeia Canaã (Rio Curupira), e na Aldeia Flamenguinho ou Senhor da Paz (Rio Curupira) e todas essas aldeias equipadas também com embarcação de potência de motor adequada para deslocamento rápido para o Polo Base na Aldeia Terra Preta do Rio Abacaxis;

6.11.4. Que atue para melhoria na estrutura e equipamentos do posto de saúde da Aldeia Laguinho do povo Munduruku;

6.11.5. Que em relação ao Povo indígena Munduruku da TI Paracuní que atue para a criação e implantação de um Polo Base na Aldeia Vila São do Rio Curupira, município de Nova Olinda do Norte, e também um Polo Base na Aldeia Guajara do Rio Urariá, município de Nova Olinda do Norte, assim como a inclusão de Conselheiro(a) Distrital que os representem e todos os equipamentos necessários e infraestrutura adequada e equipe multidisciplinar para o devido funcionamento dos polos base;

6.11.6. Que atue para o aumento do efetivo das equipes multidisciplinares no atendimento para os povos e territórios indígenas, com maior quantidade de profissionais médicos, dentistas e psicólogos para o devido atendimento para todos os povos indígenas do Rio Abacaxis e região;

6.11.7. Que promova a articulação com as redes locais municipais de saúde para maior periodicidade de atendimentos junto aos povos indígenas do Rio Abacaxis e fornecimento de insumos, medicamentos e viabilização de equipes e estrutura;

6.11.8. Que aumente da frequência dos atendimentos pelas equipes multidisciplinares completas da SESAI nas Aldeias indígenas;

6.11.9. Que promova maior fornecimento de insumos, remédios e medicamentos para os povos indígenas do Rio Abacaxis e região;

6.11.10. Viabilização de transportes de emergência para a SESAI e para os pacientes indígenas, com as "ambulanchas" devidamente equipadas e com motores de boa capacidade para deslocamento no menor tempo possível para os Polo Base e municípios;

6.11.11. Que articule com os municípios o fornecimento de energia elétrica para os postos de saúde e aldeias indígenas;

6.11.12. Que realize a perfuração de poços artesianos para consumo de água potável pelos povos indígenas em seus territórios;

6.11.13. Que realize a implementação de sistemas de abastecimento de água e saneamento básico nas aldeias indígenas do Rio Abacaxis;

6.11.14. Que atue para o fortalecimento dos recursos destinados ao DSEI Manaus, a fim de atender a demanda dos povos indígenas do Rio Abacaxis e região.

6.12. Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA):



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

6.12.1. Que preste informações quanto às ações de fiscalização ambiental e proteção dos territórios indígenas e comunidades ribeirinhas da Região dos Rios Abacaxis e Marimari;

6.12.2. Que acompanhe a situação da região dos Rios Abacaxis e Marimari com urgência e prioridade, em alinhamento com o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm, haja vista a série de crimes ao meio ambiente e às populações indígenas e tradicionais que ali vivem;

6.12.3. Que preste informações e/ou realize com maior frequência possível ações de fiscalização e monitoramento dos territórios indígenas, com sobrevôos aos territórios dentre outras medidas para combate ao desmatamento e garimpo, pesca e caça ilegal;

6.13. Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio):

6.13.1. Que preste informações quanto às ações de fiscalização ambiental e proteção dos territórios indígenas e comunidades ribeirinhas da Região dos Rios Abacaxis e Marimari;

6.13.2. Que possa acompanhar a situação da região dos Rios Abacaxis e Marimari com urgência e prioridade haja a série de crimes ao meio ambiente e às populações indígenas e tradicionais que ali vivem;

6.13.3. Que preste informações e/ou realize com maior frequência possível ações de fiscalização e monitoramento dos territórios indígenas, com sobrevôos aos territórios dentre outras medidas para combate ao desmatamento e garimpo, pesca e caça ilegal;

6.14. Ao Ministério Público do Trabalho (MPT):

6.14.1. Que realize em articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego ações de promoção dos direitos trabalhistas e fiscalizações contra a existência de trabalho em condições análogas à escravidão e/ou condições indevidas de trabalho junto aos territórios indígenas e comunidades ribeirinhas da região;

6.14.2. Que promova políticas, ações, projetos e programas de promoção dos direitos territoriais, sociais, humanos e trabalhistas dos povos indígenas da região, por meio de missões institucionais para escuta das demandas, articulação com órgãos e instituições, instauração e acompanhamento de procedimentos administrativos e judiciais em prol dos povos e comunidades indígenas da região;

6.15. Ao Ministério do Trabalho e Emprego:



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

6.15.1. Que realize em articulação com o Ministério Público do Trabalho ações de promoção dos direitos trabalhistas e fiscalizações contra a existência de trabalho em condições análogas à escravidão e/ou condições indevidas de trabalho junto aos territórios indígenas e comunidades ribeirinhas da região;

6.16. Ao Ministério da Educação:

6.16.1. Que retome e promova a educação indígena nas instituições acadêmicas do país, como a licenciatura intercultural para os professores do Amazonas a ser retomado;

6.16.2. Que promova as devidas benfeitorias dos prédios existentes na região e atenda as demandas dos povos e comunidades.

6.17. Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):

6.17.1. Que invista em programas, projetos e políticas públicas para a região do Rio Abacaxis e Marimari, Amazonas;

6.18. Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

6.18.1. Que empreenda esforços de modo célere para a regularização e proteção dos territórios das comunidades tradicionais da região do Rio Abacaxis e Marimari;

6.18.2. Que atue na promoção e efetivação de políticas públicas para as comunidades e territórios tradicionais da região do Rio Abacaxis e Marimari;

6.19. À Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

6.19.1 Que empreenda esforços para a retomada e continuidade da licenciatura indígena de modo a possibilitar a formação da população indígena da região do Rio Abacaxis e Marimari que assim deseje;

6.20. Ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

6.20.1 Que articule e promova junto aos povos e comunidades indígenas do Rio Abacaxis e Marimari a viabilização e funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para fornecimento de alimentação oriunda das próprias comunidades para o abastecimento de merenda escolar para as escolas indígenas;



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SAUS - Quadra 05 – Asa Sul – Edifício Multibrasil CEP 70655-775200.
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

6.21. À Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

6.21.1 Que promova o atendimento às comunidades ribeirinhas e povos indígenas da região do Rio Abacaxis e Marimari com fornecimento adequado e perene de alimentação para garantia da segurança alimentar e nutricional, assim como atue para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar;

7. Monitoramento

Considerando a necessidade do Conselho Nacional dos Direitos Humanos continuar o acompanhamento e o monitoramento dos processos, programas, ações e procedimentos relacionados aos fatos narrados deste relatório, conforme igualmente previsto no relatório da primeira Missão realizada em 2020, em razão da gravidade das violações, sugere-se o monitoramento permanente das recomendações.

Assim como, a partir da realização de diálogos trimestrais com a sociedade civil envolvida, povos e comunidades para oitiva das partes, monitoramento dos processos judiciais e procedimentos administrativos em andamento, com o encaminhamento de ofícios às Defensorias Públicas e aos Ministérios Públicos, bem como contato periódico para monitoramento com os órgãos e instituições públicas responsáveis de nível municipal, estadual e federal.

Brasília, 06 de março de 2025.

Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)